ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NAS PESQUISAS EDUCACIONAIS

*Bernardete A. Gatti**

RESUMO: Este texto coloca os métodos de investigação científica como algo concreto, que se constrói no próprio processo de investigação, no embate de idéias, perspectivas e teorias com a prática. Levanta algumas questões em torno do panorama da pesquisa em ciências humanas no Brasil, em particular na área da educação. Problemas de método acham-se inter-relacionados com os conteúdos específicos de áreas do conhecimento, com as formas de problematização assumidas e com os valores e atitudes esposados pelos pesquisadores. O exame deste inter-relacionamento faz parte do processo de produção científica.

Método não é algo abstrato. Método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização e no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, na maneira como olhamos as coisas do mundo. Observamos, muitas vezes, uma certa confusão nas questões de método, dado que a formação em pesquisa nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, na universidade brasileira, é relativamente pobre, porque não tínhamos, na maioria das nossas instituições de ensino superior, tradição de pesquisa. Isto é mais acentuado em algumas áreas do que em outras. Podemos mesmo dizer que, nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, não tínhamos, até recentemente, massa crítica de investigadores de largo espectro, diferentemente do que ocorria nas áreas das Ciências Exatas e Biológicas, que têm uma outra tradição. Nestas áreas, a pesquisa já floresceu em condições específicas, já se trouxeram especialistas e pesquisadores com lastro para o seu desenvolvimento, não sendo difícil, portanto, implantarem-se bases metodológicas de pesquisa científica. Na área das Ciências Humanas e Sociais, a tradição de pesquisa restringia-se a raras iniciativas, podemos dizer até que a uma elite, e a expansão como área de investigação é recente entre nós. *É preciso reconhecer que nas áreas sociais, na área*

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa, perspectivas teóricas, práticas educacionais, produção científica

*Doutora em Educação. Professora da USP, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

educacional, dispunha-se de pessoas com ampla e profunda formação cultural, mas que não tinham interesse, nem formação específica na área da investigação empírica. Sua atuação passava mais por questões de natureza filosófica, de teorias políticas, de teoria sociológica, de reflexões mais gerais. Dominava o beletrismo ou o bacharelismo de base discursiva. Temos problemas no domínio de teorias. Enfrentamos problemas de base nas abordagens metodológicas. Esses problemas variam de sub-área para sub-área e de grupo para grupo, ressaltando que alguns apresentam uma situação quase de excelência.

Quando falamos de método, estamos falando da forma de construir o conhecimento nessas áreas. Nesse âmbito, em que a pesquisa e a teoria levaram à constituição de referenciais específicos, mais claros e mais fortes há suporte para o levantamento e a sustentação de hipóteses de trabalho e os meios de investigá-los. Áreas básicas da Psicologia, da Sociologia, da Antropologia etc. estão neste caso, embora nem todos os grupos que atuam nas mesmas estejam. Áreas como Educação, Serviço Social, Psicologia Educacional, Psicologia Social, entre tantas, mostram-se bem mais problemáticas. Setores onde teorias mais consistentes foram elaboradas a partir da observação sistemática e da crítica, e até testadas dentro dos limites de suas definições, têm, pela natureza do próprio referencial que lhes dá suporte e dos esforços para sua construção, um posicionamento mais consistente quanto às suas questões de pesquisa, seus métodos de trabalho e à abrangência e possível validade de suas conclusões. Teorias como o behaviorismo, a abordagem piagetiana ou a psicanálise, na Psicologia, ou o weberianismo e o marxianismo, na Sociologia, quando trabalhadas com pertinência, oferecem um balizamento forte, dentro de seus parâmetros, para investigações e para a revisão de perspectivas e de teoria. Mas isso não ocorre de modo geral nas diferentes sub-áreas em que se desdobram as ciências humano-sociais, onde há, nas apropriações teórico-metodológicas, grandes distorções e ambigüidades, e nas quais, pela falta de consistência, trabalha-se sobretudo no âmbito de ideologias idiosincratizadas e monolitizadas, e onde a construção teórica própria é bastante frágil, contraditória e/ou incipiente. É comum verificarmos o transporte de teorias e abordagens de tradições mais consistentes para áreas onde isto não ocorreu ainda, sem uma análise crítica quanto a seu nível de abrangência e sua adequação relativas a perspectivas, problemas e campo de trabalho; e, muitas vezes mesmo, sem o domínio acadêmico adequado das teorias transplantadas. Há, nesse sentido, uma apropriação até inadequada,

superficial e empobrecedora, no mais das vezes equivocada. Podemos dizer que se faz um uso acríptico de teorias críticas. Teorias têm sentido no âmbito histórico de sua construção, que se dá no contexto de uma certa tradição de trabalho. Descontextualizadas e transplantadas sem raízes as teorias se descaracterizam ou viram dogmas. Perdem, portanto, sua condição de verdade aproximada e relativa, a ser revista, discutida, superada através de pesquisa consistente e crítica, dentro de uma apropriada tradição investigativa.

Nessa ausência de tradição mais densa na lida com a teoria e a pesquisa, inicialmente assistimos, nas áreas das ciências humano-sociais, a um apego a determinados modelos que predominaram nas áreas das Ciências Físicas e Biológicas. Essa absorção foi feita sob a égide do princípio segundo o qual os procedimentos que definem uma ciência são unos, ou seja, sob a perspectiva de que a ciência é uma, portanto seu método também. Qualquer área que desejasse ser tida como científica deveria trabalhar sob os mesmos padrões metodológicos consolidados nas ciências experimentais no final do século 19 e princípios do 20. Somente o uso destes padrões dariam a elas o estatuto e o reconhecimento como áreas da ciência. A representação social do constructo *Ciência* e sua configuração hegemônica, no quadro das sociedades que vinham se modernizando, garantiam a imitação dos seus presumidos postulados por toda e qualquer disciplina que aspirasse um lugar ao sol no quadro das vidas acadêmicas e intelectuais. É a busca de validação dentro deste modelo, de modo mecânico, de conhecimentos de qualquer natureza, para partilhar dessa hegemonia. Esse fenômeno é observável, hoje, relativamente a abordagens que se tornaram hegemônicas em certos círculos. Nessas condições, o que passa a valer é o modelo ou pseudomodelo metodológico, que deve ser repetido para que se possa ter a consideração dos pares e de círculos de poder que se formam. Isso ocorreu com várias das áreas nas Ciências Humanas e Sociais. Porém, a crítica a essa *imitação* veio tocando a fundo na validade desse modelo para o trato dos problemas destas áreas. Porém, da crítica que foi possível fazer àquelas iniciativas de cientificação das áreas humano-sociais, segundo o modelo pressuposto como sendo o das ciências ditas exatas, erigiram-se novas abordagens que, por sua vez, estão também sendo reificadas e utilizadas acriticamente.

Exemplo disso encontra-se na Educação. Educação é área de conhecimento e área profissional, um setor aplicado, interdisciplinar, e o conhecimento que produz, ou deveria produzir, diz respeito a questões de intervenção intencional no âmbito da socialização, diz respeito a metodologias de ação didático-pedagógica junto a

setores populacionais, com objetivos de compreensão desse agir e de seu potencial de transformação. Notemos que a reflexão sobre o social, amplamente compreendido, ou o político, faz-se na Sociologia, na Economia Política, na Filosofia, dentro das diferentes tradições de reflexão e pesquisa que dentro desses campos se construíram. Aí também se fazem as investigações de base para validação de hipóteses, teorias, abordagens ou métodos. As áreas mais diretamente envolvidas com a ação social buscam, nessas ciências de base, o conhecimento conceitual, as possíveis formas de compreensão dos eventos com os quais se ocupa. A Educação utiliza-se dos conhecimentos produzidos nessas áreas básicas como a Psicologia, Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia, mas o que a identifica, diferenciando-a, é que ela é área de ação-intervenção direta, como o é o Serviço Social ou a Medicina ou as Engenharias. Estas últimas não se confundem com a Biologia, a Citologia, a Física, a Matemática, como a Educação não pode confundir-se com a Psicologia ou Sociologia. Educação, Engenharia, Medicina, Serviço Social são áreas do agir, elas dizem respeito às intervenções instrucionais/profissionais do homem no mundo. E é este intervir, nas especificidades que assume, que as define e caracteriza. O tipo de conhecimento que nelas e para elas se produz diferencia-se, pois, daqueles nos quais buscam eventualmente suporte para a construção de suas formas de ação. Essas formas geram conhecimento de natureza bem diversa daqueles que foram tomados como referentes para a fixação de um ponto de partida de suas intervenções, ou que foram tomados como base para a compreensão de situações. A compreensão desse agir *intencional*, dessas formas de intervenção no real, que é de caráter profissional, requer um outro tipo de conhecimento: aquele conhecimento que diz respeito à relação/incorporação de teorias com/em práticas intencionais, com finalidades socialmente definidas. A reflexão, o estudo, a investigação sobre seus modos de intervir é que constituem sua área privilegiada de construção de conhecimento. Aí encontramos suas especificidades. Nem por isso seus estudos perdem o caráter científico; ao contrário, é nesse recorte que sua contribuição é insubstituível. Mas para alçar-se em área respeitada na construção de conhecimentos, necessário se faz que a educação, enquanto área de conhecimento científico, *mostre a sua cara*: qual sua contribuição característica, aquela que é diferente da dos sociólogos, dos demógrafos, dos psicólogos etc.?

Voltando, então, à nossa questão, os modelos das Ciências Exatas, que foram erigidos como sendo *A Ciência*, no século passado e início deste, começaram, nas primeiras décadas do século 20, a serem apropriados pelas ciências humano-sociais,

e isso começa a processar-se, mais intensamente, exatamente quando aquelas já estavam sofrendo uma revolução nos seus paradigmas. Basta lembrar a revolução que a teoria da relatividade provoca na Física no início deste século. Então, a transformação que já se operava no seio das áreas ditas exatas, em termos teórico-metodológicos, não foi a que veio a ser apropriada inicialmente na investigação nas áreas humanas e sociais, como também não o foi nas análises da Filosofia da Ciência que, nesse momento, ocupa-se, sobretudo, com a consolidação da perspectiva lógico-empirista.

Nas Ciências Sociais e Humanas começa-se, então, na aspiração ao conhecimento dito objetivo-científico, a imitar aquilo que nas ciências experimentais veio sendo consagrado através de vários séculos como sendo *O Método* científico; ou seja, a imitar o modelo representacional então ideologicamente valorizado e socialmente veiculado, modelo este que, de certa forma, ainda permeia fortemente certos círculos acadêmicos (devemos lembrar que este modelo tem qualidades interessantes e não desprezíveis para a produção de certo tipo de conhecimento). O grande *boom* de desenvolvimento das *Ciências Humanas* foi no começo do século 20, sobretudo pós-1920, que é quando mais fortemente se dá a apropriação dos modelos das Ciências Físicas e Naturais pelas Ciências Humanas e Sociais. Como já assinalamos, é interessante lembrar que nesse período, por exemplo, com a teoria da relatividade, a Física já vinha fazendo uma mudança de paradigma e, como ela, várias outras áreas também mudavam suas perspectivas sob o impacto de rupturas em teorias e métodos, na busca de superação de impasses revelados pelas próprias investigações. A preocupação desloca-se do objeto como algo primeiro e estático, para as relações. Não mais se trabalha a partir dos objetos para as relações, mas das relações aos objetos. Esses passam a ser construções conceituais. Trabalha-se com outros planos de estruturas matemáticas e conceituais para explicar os fenômenos.

Justamente nesse mesmo momento, a Psicologia e a Sociologia começam a se utilizar dos modelos preexistentes nas chamadas ciências, em que se concebe que todos os fenômenos são passíveis de serem observados diretamente, medidos e conceitualizados, experimentados, manipulados e testados. Objetos *a priori* definidos, objetos que podem ser controlados pela manipulação de variáveis, levando à determinação das leis que regulam suas manifestações. É a busca das leis gerais de causa e efeito ou de relações funcionais determinísticas. Esta apropriação traz

vários problemas para as ciências humano-sociais. Não que a quantificação e a metodologia experimental não sejam, em caso algum, aplicáveis às áreas de estudos sócio-humanas, ou sejam um mal *em si* ou dispensáveis. Ao contrário: sem as experimentações nas ciências em geral, não se saberia muita coisa. Sem modelos matemáticos e quantificação há fenômenos que são absolutamente inescrutáveis. Mas a questão é o ideário dentro do qual essa apropriação se fez, a perspectiva dogmática com que se passou a construir instrumentos de medida, acreditar nas medidas de forma absolutizada, na neutralidade das intervenções de pesquisa e dos dados; é a própria maneira como se passou a medir e descrever fenômenos, como se medidas fossem exatas e relações lineares de causa e efeito fossem diretamente detectáveis e pudessem tudo explicar dos fenômenos humanos e sociais, sem maiores indagações sobre a natureza das medidas e a propriedade ou real validade dos conceitos que as fundamentam. Foi uma etapa necessária na construção histórica das próprias Ciências Humanas e Sociais? Provavelmente. Psicometria e Sociometria expandem-se. Na Psicologia, por exemplo, é o momento áureo dos testes de inteligência; na Sociologia, das escalas sociométricas, de atitudes, de distância social etc. É mesmo um movimento para tirar essas áreas da égide da Filosofia ou da especulação puramente beletриста ou subjetivista. A *objetivação* faz-se, pois, sem os questionamentos da relatividade dos fenômenos, da contaminação valorativa do pesquisador na coleta e tratamento dos dados, dos vieses intrínsecos dos instrumentos de medida e de sua validade real, da própria discussão sobre as possibilidades concretas de controle das condições de levantamento dos dados e sem questionamentos quanto às reais possibilidades de experimentos envolvendo questões sociais e humano-subjetivas.

Tudo nesse modelo é inválido? É óbvio que não. Onde se localizam os problemas? Podem estar nos fundamentos dos instrumentos, nas formas e perspectivas associadas a seu uso e manipulação. Podem não se situar no instrumento em si, mas em se admitir que esses instrumentos são neutros e objetivos, que as conclusões são verdades. Estão em não se considerarem erros e vieses. Os problemas situam-se na maneira como se utilizam técnicas que se traduzem como método. Estão, pois, nas crenças, no julgamento de que se está medindo os fenômenos e respondendo a questões de modo definitivo e absoluto, sem mesmo considerar que qualquer medida é uma construção arbitrada. Ela não é o fenômeno.

Essa tradição objetivante, embora ligeiramente relativizada, ainda permeia círculos acadêmicos. Porém, evidencia-se entre eles grande desigualdade de con-

sistência na apropriação e desenvolvimento de métodos e técnicas de análise nessa tradição. No nosso meio, então, podemos detectar, pelo acompanhamento histórico de produções de grupos, que a maioria deles, na verdade, sequer apreendeu com consistência a lógica e os procedimentos dessa vertente. Houve uma apropriação não só acrítica do modelo, como também malfeita, sem aprofundamento e sem o domínio necessário, pelo menos a seu bom uso dentro de seus limites. Observa-se mesmo falta de domínio de princípios e conceitos elementares. Ou seja, o que se constata é um uso sem base real. Isto é observável em erros primários detectáveis em análises quantitativas e instrumentos de medida, que estão descritos em teses, artigos, relatórios etc. Acrescentamos aos problemas reais das metodologias nessa tradição os problemas de uma apropriação e uso superficiais, muitas vezes até equivocados. A questão é que, nessas condições de domínio superficial, partiu-se, em nosso meio, para a crítica, a qual nem sempre foi fruto da reflexão de um conhecedor profundo e experiente das lidas na investigação científica (mesmo porque essa profundidade era rarefeita entre nós, mais em algumas áreas do que noutras). E assim, partiu-se também para a adesão pouco fundamentada aos procedimentos genericamente denominados de qualitativos, como se em qualquer condição de investigação científica não se estivesse lidando, sempre e sempre, com questões de qualidade, de qualificação. Nessa mudança não parece ter havido um processo de transformação, mas um movimento de adesão, novamente acrítica, sem que as novas perspectivas tenham sido realmente dominadas, apropriadas com integração compreensiva e abrangente dos seus princípios básicos, estes muito complexos pela natureza mesma das metodologias não-quantitativas e dos elementos novos com que se está trabalhando.

Nessa direção, não espanta ao pesquisador experimentado o encontro com um grande número de trabalhos meramente descritivos, verdadeiras estórias para uma boa mesa de bar. Mas preocupa a ligeireza com que se caracteriza essa tradição investigativa em certos círculos. Ainda não se conseguiu um domínio consistente de teorias e metodologias, inclusive nas auto-intituladas tentativas de desmistificação dos métodos que objetificam o sujeito, os fatos, nos questionamentos de que o objeto não é observável diretamente, que o instrumento está contaminado por uma série de vieses etc.

Assim, aderindo-se às novas modalidades aceitas, não parece haver consciência clara de que as perguntas abertas, os depoimentos, as histórias de vida, as anotações livres de campo, tanto quanto as escalas, os instrumentos fechados e os

testes, também estão sujeitos à contaminação pelos valores e atitudes do pesquisador e do próprio pesquisado (porque há um sujeito falante que pergunta, que usa determinadas palavras, que intervém e tem um referencial pessoal, valores, escolhas, e que nessa condição dialoga com seus interlocutores na pesquisa). Quem discute e analisa essas possibilidades de miscigenação, de *parti pris*, nomeando-as ou vislumbrando-as nos dados, em suas análises fazendo um verdadeiro processo hermenêutico com o processo e a trajetória da pesquisa? O quê, do que digo ser fruto da pesquisa, é fala minha, o que e como estou falando no lugar dos meus sujeitos, o que meus interlocutores na investigação de fato falam? Nada disso se analisa, contentando-se com a afirmação de que nada é neutro, o que pode nos levar a admitir que tudo na pesquisa é opinião do próprio pesquisador e não fruto de uma depuração séria, à luz de uma dada perspectiva, de uma teorização, ou dos confrontos de valores pesquisador-pesquisado. Diz-se que o pesquisado diz, mas muitas vezes “diz” como quer o pesquisador. Assume-se a não-neutralidade mas não se aprendeu a trabalhar com a não-neutralidade na direção de consensos sustentáveis teórica e metodologicamente.

Por isso, tornam-se evidentes nos trabalhos a mesmice e a evidência, desde a colocação do problema, do ponto de chegada. Saímos de uma forma de coleta de dados para outra e não percebemos que os problemas de fundo são os mesmos, e que qualitativo em pesquisa não é dispensa de rigor e consistência, nem sinônimo de literatura ou poesia. A constatação desses problemas, nesses tipos de trabalhos, mostra mais uma vez que as questões de método e de teoria não foram, de fato, ainda suficientemente aprofundadas. Não o foram, entre nós, na tradição lógico-empirista, e não o foram ainda nas tradições críticas. Enveredar por novos caminhos que se considerem mais ajustados às necessidades da compreensão um pouco mais rigorosa do real, ou seja, que vão um pouco além do senso comum, não quer dizer apenas utilizar outros tipos de instrumentos, mas sim transformar atitudes e perspectivas cognoscentes, sem abandonar o eixo da consistência explicativa.

De qualquer maneira, a crítica à neutralidade do pesquisador, dos instrumentos, do empiricismo absolutizante, da mistificação da idéia de uma objetivação que dificilmente se sustenta foi sumamente importante para um reposicionamento geral em várias tradições de trabalho na pesquisa nas áreas sociais e das humanidades. Esse é um processo que temos vivido no Brasil há aproximadamente 30 anos, mas carecemos ainda de massa crítica mais densa de bons pesquisadores. O

campo é ainda rarefeito de pesquisadores experientes, especialmente em alguns setores. Imitar este ou aquele modelo não é suficiente. Corre-se o risco de se fazer caricaturas. Há que se debruçar sobre as questões de base, há que manter a capacidade de questionamento viva e atuante, há que se ter solidez teórica e dúvida metódica, há que se temer dogmas e verdades fáceis e antecipadas.

As questões de método estão imbricadas com as questões dos conteúdos das próprias ciências, das características de seu campo de preocupação e das formas valorativas e atitudinais com que se abordam essas preocupações. Embora não se possa descuidar das boas características dos instrumentos de coleta de dados a serem empregados (questionários fechados ou abertos, escalas, entrevistas desta ou daquela natureza, jogos, simulações, memórias etc.), estes são como o martelo para o marceneiro ou a pá para um pedreiro, que podem utilizá-los de diferentes maneiras, para propósitos e efeitos diferentes, em função de seus desígnios e na dependência, é claro, de suas habilidades para utilizá-los. Um bom martelo, uma boa pá são absolutamente necessários para um trabalho de qualidade, mas, também, necessita-se de um artesão habilidoso e experiente em seu uso para a obtenção de resultados qualitativamente bons. Apenas uma boa pá nas mãos de quem não desenvolveu competência e não tem uma perspectiva para seu uso não garante um bom resultado. Aí está a questão do método, que não é apenas uma questão de rotina de passos e etapas, de receita, mas de vivência, com pertinência e consistência em termos de perspectivas e metas.

Na prática da pesquisa entre nós, muitas coisas confusas são encontradas. É comum os trabalhos reivindicarem estatuto de científico, com discrepâncias gritantes entre teoria e método. Aponta-se esta ou aquela referência teórica de fundo e descrevem-se procedimentos de pesquisa numa estrutura que nada tem a ver com a referência declaradamente adotada. Há muitos trabalhos que dizem utilizar-se da abordagem materialista histórico-dialética e, no entanto, aparecem descrições dos sujeitos, de amostra, de formas de entrevista que não são condizentes com essa abordagem. Isso porque não se desenvolveu o domínio nem de meios e procedimentos de levantamento empírico de coleta de dados nem do que significa uma abordagem materialista histórica de um fenômeno.

Estes aspectos não se excluem mutuamente e são determinantes no modo de transitar pelo levantamento de dados e pelo que é encontrado. Tudo se liga a um modo de estar na pesquisa, o que tem a ver com dadas formas de concretizar intersubjetividades. Se se integrou uma perspectiva histórico-dialética (ou qualquer outra)

já se tem um *parti pris*, um modo particular de ver os fenômenos e interpretá-los. Isto faz com que se olhe a realidade de determinada maneira e, portanto, leva ao uso de um determinado instrumento também de determinada maneira. Claro que para o pesquisador a constante vigilância quanto às suas formas de ver e interpretar fenômenos é absolutamente indispensável. Se se criticou que os métodos estatísticos deixavam de lado o singular, o diferente, o que não se encaixava no modelo, coerentemente há que se exercitar a mesma crítica com relação a qualquer perspectiva teórico-metodológica: o que estou deixando de lado como irrelevante? o que estou deixando de considerar? o que minha forma de analisar não abrange? Mas, o que se observa em muitos trabalhos é a utilização mecânica, ritualística ou formal de meios de investigação, no mesmo esquema das ciências experimentais em seus primórdios, com pretensas interpretações à luz de uma abordagem teórica que não se coaduna com os procedimentos adotados e realizados.

O método nasce do embate de idéias, perspectivas e teorias com a prática. Ele não é somente um conjunto de regras que ditam um caminho. É também um conjunto de crenças, valores e atitudes. Há que se considerar o aspecto interiorizado do método, seu lado intersubjetivo e até, em parte, personalizado pelas mediações do investigador. Ou seja, o método, para além da lógica, é vivência do próprio pesquisador com o pesquisado. Não é externo, independente de quem lhe dá existência no ato de praticá-lo. No exercício da pesquisa, certas orientações e regras existem e são úteis e necessárias como referentes de validação e plausibilidade das análises. Mas se não forem apropriadas e integradas pelo pesquisador em suas formas de pensar e agir, num certo conjunto lógico-vivencial, num estado de espírito que leva a um certo tipo de olhar, de perspectiva ante os eventos, essas orientações e regras se tornam estéreis, porque mecânicas: levam tão-somente à repetição, à imitação e não à apreensão criativa e consistente do entrelaçamento de fatos e dados em seus significados. Isso só é possível pela apropriação transformadora, personalizada das regras, formas de trabalho e orientações já formalizadas. Ou seja, o método de trabalho precisa ser vivenciado em toda a sua extensão, pela experiência continuada, pelas trocas, pelos tropeços, pelas críticas, pela sua integração mediada pelo próprio modo de ser do pesquisador enquanto pessoa. Sem isso, tem-se a rotina, o bom seguidor de receitas que produz trabalhos cuja conclusão já se conhece antes de terminar. Sem as condições referidas acima, falta aquele toque que traz a marca de quem cria, e cria porque integra subjetivamente e criticamente

o que uma tradição em certa área de investigação produziu historicamente. Como forma de clarear isso, lembramos o dito que passa de boca em boca, segundo o qual, na cozinha, seguir com perfeição uma receita não garante um bom bolo. No trabalho humano, na produção humana, há esta característica do “algo mais” que é individual e depende do envolvimento pessoal, daquilo que se põe de si mesmo no trabalho, sínteses pessoais, das formas de mediação e representação que cada um faz a partir de suas relações sócio-ambientais.

Assim, em cada tradição de análise, seja a lógico-empirista ou a materialista histórica ou a fenomenológica, para além da forma de abordagem há um conjunto de crenças, valores, atitudes, habilidades em relação ao modo de perceber e tratar os fenômenos e o próprio conhecimento. Esse conjunto impregna os ambientes onde essas tradições se desenvolvem e o pesquisador se constrói nessas ambiências, nas relações e trocas, assimilando, integrando esses traços característicos e formas de ver os problemas e temas de conhecimento pela sua imersão nesse meio, onde uma tradição cultural veio amadurecendo suas abordagens do real. Sem essa imersão, sem a existência de um corpo de tradição em pesquisa, o que se tem são imitações de regras sem vida, sem consistência, sem fôlego.

Numa abordagem lógico-empirista o método tem que ser consistente com a epistemologia que sustenta essa perspectiva. E a teorização também. O mesmo ocorre com as abordagens fenomenológicas e as materialistas-históricas. Se se toma como referência esta última abordagem, deve-se considerar que ela impõe determinados valores e características. A ida ao empírico, nessa abordagem, pelas hipóteses que tinha, deve se dar em consonância com as estruturas epistêmicas que lhe dão sentido. Quando Marx aplicou seu questionário aos mais de mil operários, o qual deu base para as análises que redundaram em *O Capital*, ele já formulara as questões visando a determinados aspectos. A própria estrutura do questionário e a leitura decorrente estiveram impregnadas de um sentido mais amplo, dado pela lógica da sua abordagem, pelas hipóteses que tinha e pelos valores que privilegiava na consideração dos fenômenos sociais. No entanto, essa impregnação era uma impregnação atenta a tudo o que emergiu nos questionários, levando a uma ampliação de perspectiva e redundando em novos aspectos que foram incorporados em suas análises. A compreensão de que não há método sem algum tipo de teorização ou, pelo menos, sem uma perspectiva de hipóteses é fundamental. Nem sempre se trabalha com uma teoria bem estruturada, mas trabalha-se a partir de um certo modo de encarar determinado fenômeno ou contra uma determinada

posição teórica, mas sempre estamos partindo de alguma idéia preliminar que, de certa forma, põe a investigação a caminho. Cria-se, na ambiência de uma tradição de pesquisa, certos modos de olhar os eventos que interessam aos estudos em determinada área. Estar consciente e atento a modos específicos de se situar na pesquisa é passo importante no domínio dos métodos. Ao contrário, sem se compreender como valores e habilidades cognoscitivas desenvolvidas ao longo das relações acadêmicas atuam no estudo do que se chama realidade, não se pode ter clareza e domínio metodológico. Sem reflexão e auto-reflexão sobre o ato de conhecer, as formas de ver e colocar problemas, a maneira de se tentar abordá-los, sem crítica e autocritica não há pesquisa. Porque pesquisar é avançar fronteiras, é transformar conhecimentos e não fabricar análises segundo determinados formatos. Balizas sim, consistência sim, plausibilidade, sim, aprisionamento do real em dogmas não.

Note-se que não venho falando em objeto, mas em objetivos e problemas. Falar em objeto, *a priori*, remete a uma perspectiva mais formalista. Parece ser consistente com o próprio processo de investigação do humano-social admitir que o objeto é construído no próprio processo de pesquisa, a partir da aproximação dos problemas. Se nos debruçarmos sobre como as Ciências Humanas e Sociais hoje trabalham, nas tradições epistêmicas que mais avançaram, vemos que o trabalho investigativo se desenvolve a partir de questões relevantes no campo, sem se procurar precisar o objeto com acuracidade antes do trabalho de análise. Saber localizar e enunciar problemas exige experiência e maturação diante de uma temática. É problema uma questão que não tem uma resposta plausível imediata ou evidente. São aquelas questões que necessitam de um esforço específico, metódico para se tentar obter respostas. Parte-se, pois, para a pesquisa, de problemas adequadamente formulados dentro de uma certa perspectiva de análise. A partir do trabalho metódico que se desenvolve na abordagem do problema, vai-se aproximando de respostas e/ou compreensões cientificamente viáveis, por meio dos procedimentos adotados (que podem ser de natureza de uma abordagem fenomenal, materialista histórico-dialética, empírico-analítica).

Ouso dizer que, para o espírito científico, importa, antes e sempre, a consistência do método adotado, a coerência que se estabelece entre teoria e fato, a lógica que se consegue defender e sustentar, os corolários e conseqüências das análises (tanto de uma perspectiva científica como ética) e, também, o espírito crítico so-

bre o próprio método. Do cuidado com esses aspectos nascem a crítica científica e social e a consciência das limitações das interpretações e conclusões aventadas. Qualquer que seja a perspectiva epistemológica (e para o homem as possibilidades são tantas!), não há como saber qual a mais ou menos verdadeira, a não ser por uma escolha baseada em algumas crenças. Verdade, numa perspectiva contemporânea de ciência, é algo que se coloca como inatingível. A verdade é uma abstração. Socialmente falando, verdades podem ser consensos historicamente construídos e, assim, mutáveis. Em ciência, o que se busca são aproximações da verdade da realidade em que vivemos; aproximações que sejam consistentes e conseqüentes, pelo menos por um certo tempo. Porém, conhecimentos aproximativos não são dogmas, são conhecimentos orientadores por um tempo, sempre revisáveis ou superáveis. Nas áreas humano-sociais com mais razão, visto o caráter transformador do homem em sua própria história pessoal e comunal. Pode-se falar em abordagens mais coerentes e plausíveis para um determinado momento e contexto histórico. Todas nos trazem, segundo determinado método, uma maneira de se construir, a partir da possível aproximação do real, um modelo compreensivo/explicativo. Para uma mesma temática ou fenômeno pode-se ter vários modelos explicativos. Essa é a realidade hoje das várias ciências, humanas, sociais, exatas ou biológicas. A prevalência de determinados modelos explicativos na história depende, em parte, de sua participação em situações de hegemonia, mas também (e a história nos mostra isto) de sua consistência explicativa e implicações para a sobrevivência humana.

A colocação dos problemas de investigação é reveladora da perspectiva de abordagem do pesquisador e determinante para seu método. Na abordagem do tema e no enunciado dos problemas revela-se um modo particular de entender e enfocar determinadas questões. A abordagem e o método revelam-se nas formas de pensar e de fazer no transcorrer da própria pesquisa e não por declarações abstratas de adesão a esta ou aquela perspectiva.

Interessante é observar que há muitos estudos em que o(a) autor(a) declara que vai trabalhar numa perspectiva fenomenológica ou materialista-histórica e aparece um capítulo descrevendo objeto, campo e método segundo a mais tradicional perspectiva das abordagens lógico-empiristas. Vale dizer que as confusões não param por aí.

Ao se trabalhar com variadas técnicas de coleta há que se ter em conta o *modus operandi* do pesquisador. Como usa de fato um questionário ou faz uma

entrevista. Sua perspectiva epistêmica real, não a declarada, embebe seus modos de se relacionar com os elementos componentes da pesquisa. Ao pesquisador cabe ter senso crítico e clarear para si mesmo seu modo de pensar e pesquisar. Com isso, pode garantir um certo grau de liberdade em relação a modelos dogmatizantes, além de fundamentar com mais consistência seu trabalho e, ao fazê-lo, clarear a questão, o problema que o inquieta. Assim, pode deixar agir sua imaginação e sua intuição, e gerar condições especiais para o levantamento de seus dados, bem como gerar instrumentos e formas criativas para isso. O pesquisador se utiliza muito da intuição e da imaginação. Não é apenas a lógica a grande arma do pesquisador. No ato de pesquisar ela se associa fortemente com a intuição e a imaginação. Não falo aqui de uma imaginação sonhadora, mas de uma imaginação impregnada pelo domínio de sua área de estudos. O pesquisador só pode ser imaginativo se tiver um bom estofo teórico, uma ampla cultura bibliográfica na área em que trabalha, além de experiência pelo contato com os problemas relativos à temática. Os pesquisadores que lidam em áreas que têm espectro profissional, por exemplo, precisam ter vivência desta profissionalidade, ter experiência concreta de situações profissionais, caso contrário, não constróem uma *práxis* para alimentar seus problemas investigativos. É como ser um professor de natação que só olhou a piscina e os outros nadando, mas nela nunca entrou e nunca nadou.

O tipo de conhecimento para áreas essencialmente aplicadas precisa ser melhor discutido e compreendido. Em Educação, por exemplo, conhecer os processos cognitivos das crianças é fundamental, como também o é o conhecimento das questões sociais, mas esses conhecimentos não são suficientes para resolver questões ligadas ao trabalho cotidiano com crianças em uma sala de aula. A Ciência da Educação tem demandas diferentes da Ciência Cognitiva ou da Sociologia, embora destas necessite para tratar seus problemas. Porém, não podem se confundir. O mesmo, me parece, ocorre com o Serviço Social face, por exemplo, à Sociologia, ou à Antropologia, ou à Psicologia.

O pesquisador pode ser comparado a um caçador ou a um pescador. Precisa ter todos os seus sentidos aguçados, não só a sua mente, agindo sob o comando de um bom conhecimento de sua virtual “presa” e do contexto onde vive. A pesquisa é um cerco em torno de um problema. É necessário escolher instrumentos para acessar a questão, vislumbrar e escolher trilhas a seguir e modos de se comportar nessas trilhas, criar alternativas de ação para eventuais surpresas, criar armadilhas para capturar respostas significativas. Para tudo isso é necessário ter um certo

domínio da área. Tudo isso se agiliza não só pela cognição, mas pela imaginação investigativa e pela intuição. Poderíamos falar em uma imaginação cognitiva. Esta não é gratuita, é exercitada. Então, há muitos detalhes a cuidar. Por exemplo, se se escolhe fazer entrevistas, a primeira questão é: tenho experiência para realizá-las? Claro que um caçador, para usar determinada arma, deve conhecê-la, e o pescador deve conhecer as características das varas de pescar ou das redes, e ambos devem saber usá-las com certa perícia. É preciso definir como e onde serão lançadas as iscas, as redes, as armadilhas para se poder capturar aquilo em que se está interessado. Que perguntas fazer, como fazê-las, que palavras usar, como tratar o silêncio, como manter o diálogo em clima aberto. Cada palavra de uma entrevista tem que ser ponderada. Uma entrevista rica é aquela em que o pesquisador consegue um diálogo real com o entrevistado, em que não predominam as respostas-chavão que nada acrescentam.

O desenvolvimento de habilidades para a pesquisa só se faz no próprio trabalho de pesquisa. Esse trabalho é a fonte de criação e guia de cada etapa e ação. Não há método estruturado teoricamente que, aprioristicamente, resolva os problemas e questões que emergem no desenvolvimento concreto da pesquisa. Sabemos que há uma parte não relatada nos artigos de pesquisa, como, por exemplo, decisões tomadas em campo no ato mesmo do investigar, correções de rumos e técnicas etc. O método não é um roteiro fixo, é uma referência. Ele, de fato, é construído na prática, no exercício do “fazer a pesquisa”. O método, nesse sentido, está sempre em construção. Não se pode deixar que prescrições metodológicas aprisionem o pesquisador como uma couraça. O método oferece a orientação de base necessária à garantia de consistência e validade, mas ele não pode se transformar numa “camisa de força”. Por isso, precisa ser apropriado pelo pesquisador que, pelas suas mediações, cria alternativas, novas saídas, novas soluções para o emergir dos dados e sua compreensão. O método é vivo. Daí porque o pesquisador deve ter um conhecimento teórico sólido da sua área e ter experiência no trato das questões de sua área de investigação (um conhecimento de dentro, de mergulho).

É importante o registro dos eventos imprevistos, das surpresas, do inesperado, dos impasses e dos encaminhamentos e soluções adotados em campo, um registro dos equívocos eventualmente cometidos, das decisões que redundaram em problema dos pré-conceitos do pesquisador. Também são úteis anotações impressivas sobre a influência pessoal do pesquisador nas entrevistas ou depoimentos, julgamentos que fez no processo de coleta, aborrecimentos etc. Tudo isto ajuda a autocrítica do

próprio pesquisador, dos seus modos de agir, bem como permite definir os limites de validade das informações e conclusões. Abre-se com isto uma entrada para a compreensão da *não-neutralidade*, seus coloridos e possíveis vieses.

Outro problema no desenvolvimento das pesquisas é o tratamento que se dá à fundamentação e interpretação teóricas. De modo geral, observamos uma certa pobreza na forma pela qual os autores tratam as informações bibliográficas disponíveis: ou se faz relato do que já se tem como acervo, ou seja, cópia do que está nos livros e, portanto, é acessível a qualquer um – quantas e quantas vezes não vemos Freud copiado, Marx copiado, Piaget copiado... – ou se faz uma revisão bibliográfica sem “reconstrução”, sem nenhuma perspectiva pessoal interpretativo-crítica sobre o tema. Com leituras, confronto de autores, dúvidas sobre afirmações ou modelos e conclusões de pesquisa, questões dos limites impostos por conceitos no contraponto com o próprio contato – vivência – do pesquisador com a área e, no caso de áreas mais aplicadas ligadas a profissões, no contraponto mesmo da experiência cotidiana do trabalho no qual se gera um conhecimento específico e insubstituível, é que se criam as condições que permitem o desenvolvimento de uma perspectiva crítica dos autores, ao mesmo tempo que consistente com os problemas da área ou sub-área. A partir dessa base é que o pesquisador tem condições de desencadear análises e inferências, caso contrário, fica-se no óbvio ou no senso comum.

Pesquisa só se aprende fazendo. As características do ato de pesquisar se constróem socialmente, num verdadeiro processo de socialização, até de formação artesanal. Essa construção demanda interlocução dos menos experientes com os mais experientes. E esse é um dos nós da questão em algumas áreas em que a tradição da investigação científica vem sendo pobre, e essa pobreza se reproduz pela rarefação de interlocutores maduros no trato direto e continuado com a pesquisa. Vale pensar por que nas áreas exatas ou biológicas não encontramos a disciplina “metodologia de pesquisa”. Nas áreas mais solidificadas, as questões de método estão intimamente relacionadas com o próprio domínio dos conhecimentos e destes elas não se separam. Nas Ciências Humanas, uma outra tradição, é verdade, fragmentou-se a questão do método em disciplina, daí talvez a rigidez do apego aos manuais e regras de modo pouco crítico.

Na nossa tradição de ensino tenta-se ensinar o método *de fora* e não *de dentro*. A análise da construção de uma obra por determinado autor é a melhor

via para se compreender método. Como criou seu problema, que críticas fez e como, de que forma propôs novas hipóteses, em que contexto, por quê? Quais seus interlocutores, de que maneira foi aos fatos, como os levantou e trabalhou, que dificuldades enfrentou, como contornou problemas de percurso no plano de seu trabalho – tudo isto põe realidade a um método, com isto ele adquire significado, um significado dinâmico, e as técnicas empregadas podem ser discutidas não só quanto a características de adequação, consistência e forma de realização, como dentro de uma perspectiva teórica e epistêmica. Esse trabalho demanda uma certa cultura transdisciplinar, ou seja, uma especialização ampliada por conhecimentos de diferentes origens.

Enfim, o que propicia vitalidade metodológica é a cultura especializada, porém ampliada em diferentes direções, e a sobrevivência do espírito crítico que afasta os dogmas e acompanha o desenrolar das histórias, seja de uma área em particular, seja do contexto e do tempo em que seus conhecimentos se constroem.

ABSTRACT: This text discusses the scientific methods of research as something constructed through the process of investigation. Investigating involves a healthy debate of ideas, theoretical perspectives and practice. The article also raises some questions involving human sciences researches in Brazil, particularly those concerning the educational area. Problems of method and content of specific fields of knowledge maintain an intimate relation which, in turn, are interconnected with the conceptions, values and attitudes assumed by researchers. The exam of this interrelationship is viewed as part of the scientific production process.

KEY WORDS: research, theoretical perspectives, educational practices, scientific production.

E
C
C
O
S

R
E
V.

C
I
E
N
T.

n. 1
v. 1

dez.
1999